

1 Reunião do dia 27 de agosto de 2007

2 Horário: 08:30 às 12:00 horas.

3 Local: Sala do CES/PR

4 **DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**

5 Aos vinte e sete de agosto de dois mil e sete, às nove horas, na sala do DEAP, iniciou-se a
6 reunião da Comissão de Assistência e Acesso ao SUS, com a leitura da Ata da reunião
7 anterior. No entanto não foi possível fazer a aprovação desta em virtude de conter
8 inúmeros erros de digitação. A Coordenadora da Comissão iniciou a leitura do ofício nº
9 069/2007 – CMS, do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, referente à denúncia de
10 transporte de paciente de risco do município de Itaperuçu à Unidade de Saúde 24H da
11 Regional Boa Vista de Curitiba, informando que tem sido prática freqüente. Deliberou-se
12 que será encaminhado à 2ª Regional de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de
13 Itaperuçu e à Ouvidoria Estadual de Saúde para tomarem as providências necessárias. A
14 Comissão encaminhará ofício ao Conselho Municipal de Saúde de Curitiba para informar
15 dos encaminhamentos realizados por esta comissão. Em seguida foi lido o ofício., o qual
16 encontra-se sem os documentos necessários anexados para análise desta comissão. Será
17 retornado à Secretaria Executiva do CES/PR para anexação dos documentos faltantes. Foi
18 realizada a leitura do ofício nº 122/07 – DSS, que foi enviado ao CES/PR em resposta ao
19 relatório de auditoria nº 3613, encaminhada à Coordenação pela CASAS, realizada pelo
20 DENASUS, na Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara, informando que foi feita visita
21 “in loco” pela 2ª Regional de Saúde e tomadas as providências cabíveis. Foi feita a leitura
22 do ofício nº 0547/07 PROSAU – PA 88/07, de 12 de julho de 2007, referente ao
23 desabastecimento de medicamentos excepcionais a que o Estado do Paraná vem dando
24 causa, em detrimento dos diversos pacientes já cadastrados em Programas Estaduais de
25 Assistência Farmacêutica. A Comissão encaminhou à CASAS comunicando que as
26 reuniões das comissões CASAS e Orçamento ocorreram para que a SESA esclarecesse o
27 desabastecimento, no entanto, por falta de alguns dados a Dra. Deise ficou de retornar às
28 Comissões para prestar maiores esclarecimentos. Nesta reunião foi deliberado que a Dra.
29 Deise apresente os dados solicitados pelas duas comissões em Plenária do CES/PR na
30 próxima reunião e que nesta reunião eleja quatro membros de ambas as comissões para
31 elaborar o relatório do Ministério Público. Em seguida interrompeu-se a leitura dos ofícios e
32 a Coordenadora da Comissão, Sra. Rosani da Rosa Bendo precisou se retirar passando a
33 Coordenação desta reunião para a Sra. Silvia, em virtude de ter que conduzir a reunião da
34 Comissão Organizadora da 8ª Conferência Estadual de Saúde. A Dra. Maria Célia Barbosa
35 Fabrício de Melo, Assessora do Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde esteve
36 presente para prestar esclarecimentos referentes à ortese e prótese, informando que foi
37 feita uma Consulta Pública para equipar o Centro de Reabilitação de Curitiba e que está
38 sendo finalizado o processo para encaminhamento ao Governador do Estado do Paraná. O
39 Conselheiro Apolinário questionou com relação às instalações destinadas para fazer o
40 atendimento aos pacientes, se houve a participação e acompanhamento de uma comissão
41 para determinar as instalações adequadas em tamanho e estrutura suficientes para o
42 tratamento, atendimento e orientação aos familiares dos usuários. A Dra. Maria Célia
43 respondeu que o acompanhamento ao familiar faz parte do tratamento ao paciente e que a
44 educação e orientação ao familiar é fundamental. Informou que as políticas e ações para
45 viabilizar a acessibilidade às esses pacientes no país estão evoluindo. A representante do
46 Conselho Federal de Fisioterapia, Dra. Carla questionou com relação ao procedimento e
47 como está sendo feita a compra de materiais, orteses e próteses, e equipamentos para
48 atender o Centro de Reabilitação de Curitiba. A Dra. Maria Célia responde que está tendo

MEMÓRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E DE ACESSO AO SUS

49 o acompanhamento através de uma comissão composta por membros da Universidade
50 Federal do Paraná, da APR e da Universidade do Canadá. O Conselheiro Apolinário
51 propõe que entidades representantes dos usuários portadores de necessidades especiais
52 também tenham participação nesta comissão e que este Centro de Reabilitação também
53 tenha finalidade de pesquisa e extensão universitária. A Dra. Carla pediu a lista dos
54 membros da comissão e previsão para instauração desta. Dra. Maria Célia responde que
55 depende de processos licitatórios para finalizar a implantação do Centro de Reabilitação de
56 Curitiba e que encaminhará à comissão a relação dos membros daquela comissão.
57 Conselheiro Apolinário finaliza que insiste nestas questões para dar respostas aos usuários
58 dependentes deste tipo de tratamento. Sra. Sílvia expõe também as grandes dificuldades
59 enfrentadas diariamente por estes pacientes, principalmente crianças portadoras de
60 necessidades especiais para atendimento através de órteses, próteses e reabilitação e
61 propõe que as entidades representantes dos usuários portadores de necessidades
62 especiais exijam a sua participação nessas comissões e que os serviços a serem
63 prestados sejam inteiramente públicos e que o Plenário do CES/PR tome conhecimento.
64 Conselheira Rosita questiona quanto ao financiamento se será semelhante ao SARA que é
65 considerado referência. Dra. Maria Célia responde que ainda não pode responder, haja
66 vista que ainda estão sendo feitas as análises para definir a forma de gestão que seja
67 adequada ao orçamento do Estado e que atenda aos pacientes. Conselheiro Amauri
68 enfatiza a importância da participação dos usuários nas comissões para implantação do
69 Centro de Reabilitação, em virtude destes vivenciarem tal realidade e poderem orientar
70 quanto ao material mais adequado, frisa também a morosidade de todo o processo de
71 implantação deste centro por falta de equipamento, recursos humanos e que desde de
72 2002, toda essa estrutura pública construída que poderia estar em funcionamento está
73 parada sem realizar o atendimento para o qual foi proposto e questiona também quanto à
74 contratação, como será conduzida. Conselheiro Apolinário enfatiza que a acessibilidade
75 não é viabilizada nas proximidades ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e
76 nas proximidades da Rodoviária para pacientes que realizam tratamento em Curitiba e
77 pede agilidade na instauração da Comissão de acompanhamento de implantação do
78 Centro de Reabilitação. Sra. Sonia questiona quanto o planejamento realizado para
79 implantação do Centro de Reabilitação, no sentido de viabilizar todos os levantamentos
80 orçamentários e de recursos para implantar e manter o Centro de Reabilitação, bem como
81 todos os demais hospitais construídos pelo governo do Estado do Paraná e onde estão
82 destinados esses recursos no Projeto de Lei Orçamentária do Estado do Paraná para o
83 Exercício de 2008.

84 A Dra. Maria Célia inicia respondendo ao Conselheiro Amauri, informando que muitas
85 vezes na orientação para compra dos equipamentos quem tem conhecimento são os
86 profissionais que fazem o diagnóstico. Quanto à morosidade do serviço público e ao
87 planejamento orçamentário para implantação e manutenção do centro de reabilitação, este
88 foi feito, bem como a forma de gestão, no entanto não será através de orçamentos, e
89 informa que o processo é lento por tratarem-se de recursos públicos e que necessitam de
90 estudos e análises aprofundadas para tomadas de decisões. A Sra. Sonia e o Conselheiro
91 Apolinário enfatizam e entendem que é importante todos esses estudos e análises mas
92 questionam a demora de todas as decisões. A Dra. Maria Célia responde que
93 independente da gestão escolhida o Estado estará permanentemente em vigilância para
94 fiscalizar e garantir o bom funcionamento do novo hospital o quanto antes. Conselheiro
95 Apolinário faz um desabafo referente à discriminação e preconceito que sofre ao ser
96 atendido pelo serviço público de saúde e pede que o corpo técnico e recepção deste novo

MEMÓRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E DE ACESSO AO SUS

97 hospital, sejam preparados e treinados no sentido de realizar um bom atendimento a esses
98 usuários. Dra. Maria Célia responde que considera de extrema importância a capacitação
99 dos profissionais para atendimento no Centro de Reabilitação. Quanto a esse assunto
100 foram realizados **os seguintes encaminhamentos:**

- 101 ✓ Retornar a comissão inicial da discussão do projeto de construção do Centro de
- 102 Reabilitação e agendar reunião urgente;
- 103 ✓ Solicitar a apresentação de toda a proposta de funcionamento, financeiro, contratação
- 104 de recursos humanos, acompanhamento e avaliação dos equipamentos no processo de
- 105 compra e do valor total gasto na obra de construção do Centro de Reabilitação.

106 Terminados os esclarecimentos a Dra. Maria Célia despediu-se e retirou-se. A Sra. Sílvia
107 deu continuidade à reunião lendo o ofício nº 3710/2007 – CRO, que indica o membro
108 suplente do CRO – Conselho Regional de Odontologia, CD Claudiane de Almeida nesta
109 Comissão em caso de ausência de seu titular, CD Ruy Barbosa dos Santos. Fez-se a
110 leitura do relatório das denúncias realizadas à Ouvidoria Estadual da SESA, constatando-
111 se que a maioria delas está relacionada à assistência e que estão disponíveis no site
112 **bvms.saude.gov.br/html/pt/terminologia/eglosario.html**. Foi realizada a leitura do ofício
113 nº 184/07 do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual encaminha os resultados da
114 Auditoria nº 4124 realizada na Irmandade da Santa Casa de Londrina/PR, ressaltando as
115 irregularidades envolvendo recursos financeiros do SUS, que foi comunicado à Diretoria
116 Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS e que foi feito o ressarcimento do valor
117 cobrado indevidamente. Deliberamos pelo seu encaminhamento à Regional de Saúde de
118 Londrina para confirmar o ressarcimento do valor cobrado indevidamente ao SUS, pela AIH
119 eletiva nº 4106500036310 que foi cobrada como se o tratamento cirúrgico tivesse sido
120 realizado. Em seguida foi lido o ofício 96/07 do Ministério Público do Estado do Paraná
121 encaminhando a cópia da recomendação administrativa feita pelo Diretor da 10ª Regional
122 de Saúde de Cascavel e destaca que se encontra tramitando na Promotoria de Justiça de
123 Corbélia inquérito civil público nº 01/2007, com o objetivo de investigar as irregularidades
124 no funcionamento e no cadastramento do antigo hospital São Judas Tadeu junto ao SUS.
125 Conforme relatório técnico da 10ª Regional de Saúde, foram cumpridas as não
126 conformidades relacionadas ao termo de intimação nº 26/2007 e relatório técnico de 22 de
127 março de 2007, sendo **favorável** à liberação de licença sanitária. Fez-se a leitura do ofício
128 nº 245/07 – PRM/PB do Ministério Público de Pato Branco/PR referente à solicitação de
129 confecção dos cartazes necessários ao cumprimento da legislação invocada (Resoluções
130 CES/PR nº 32 e 33/97) e ao ofício nº 38/SMA/07, deliberou-se pela oficialização do CES
131 para que cumpram o contido nas referidas resoluções e ofício. Leu-se o ofício nº e
132 foram dados **os seguintes encaminhamentos:**

133 **1. Solicitar as seguintes informações:**

- 134 a. Como está montada a rede estadual de atenção à saúde auditiva;
- 135 b. Quanto de recurso cada instituição credenciada recebe;
- 136 c. Como está composta a equipe de profissionais e como é feito o acompanhamento da
- 137 utilização do aparelho.

138 **2. Convocar reunião conjunta com a Comissão de Orçamento para dar continuidade** 139 **às discussões destas comissões referente aos medicamentos.**

140